

# EDUCAÇÃO POPULAR E CULTURA POLÍTICA NO ASSOCIATIVISMO CONTEMPORÂNEO: CONDICIONANTES E POSSIBILIDADES

Valci Melo Silva dos Santos (UNEAL)  
valcimelo@hotmail.com

## RESUMO

O presente estudo descreve e analisa o trabalho educativo desenvolvido por uma organização não governamental (ONG) em dois municípios do Médio Sertão alagoano à luz do pensamento pedagógico, político e sociológico, sobretudo, brasileiro, bem como a partir de conceitos como educação popular, trabalho de base, militância, organização comunitária e cultura política. A pesquisa que se encontra em andamento e se dá mediante observação participante, aplicação de questionários e formulários, entrevistas e análise documental e bibliográfica sinaliza no sentido de contribuir para a sistematização de processos educativos realizados pela organização inserida no contexto do associativismo contemporâneo e a compreensão de até onde este trabalho se constitui num processo de Educação Popular e quais suas possibilidades de superar os inúmeros condicionantes e se fazer promotor de uma cultura, efetivamente, política. **PALAVRAS-CHAVE:** Associativismo. Educação Popular. Cultura Política.

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 50, com maior vigor durante a Ditadura Militar, o Brasil viveu sob uma intensa atuação dos movimentos e organizações sociais populares, tanto no campo, como na cidade. Este processo de associativismo civil, em uma das suas contemporâneas expressões denominadas organizações não governamentais (ONGs), foi muito importante para a “redemocratização” do país e construção de uma cultura, de fato, política<sup>1</sup>, na medida em que situou sua luta no exercício da contra-hegemonia, constituindo-se, segundo Gohn, em “ONGs cidadãos e militantes” (2008, p.76).

Compreendidas por Silva (2001) como uma dimensão mais institucionalizada do “campo político dos Movimentos Sociais” (*apud* SILVA, 2004, p.42-43), estas “formas organizacionais” da sociedade civil, para levar a cabo a luta pelo “direito a ter direitos” (GOHN, 2008, p.85), lançam mão de um processo educativo “[...] resultante de uma fecundação mútua entre os intelectuais orgânicos externos e internos às classes populares, [...] uma integração coerente entre teoria e prática” (WANDERLEY, 2010, p.22). Trata-se da Educação Popular que, no Brasil, tem Paulo Freire como seu maior expoente, o qual, segundo Fávero (2004), estabelece as bases de uma educação contextualizada e verdadeiramente ampla, indo da alfabetização à conscientização.

---

<sup>1</sup> Este termo é aqui tomado não no sentido que corriqueiramente é usado, mas como exercício do poder - seja este de forma individual ou coletiva -, baseado em valores como honestidade, responsabilidade, justiça e voltado para o bem comum. Assim, estamos chamando de cultura política o conjunto de pensamentos, sentimentos e práticas, manifestos de forma institucionalizada ou informalmente, cujos atributos são os expressos anteriormente.

Deste modo, compreendendo a necessidade de politização das classes populares, as organizações não governamentais desencadeiam sob a liderança do militante sociopolítico - entendido como “[...] aquele que defende ativamente uma causa e entra em combate para ver vitoriosas as ideias do grupo a que pertence” (SOUZA, 1999, p.132) -, um processo de luta e resistência coletivas. Esse, por sua vez, se dá mediante a realização de um trabalho de base, isto é, tentando “[...] pegar os setores excluídos e dar a eles um mínimo de organização. A partir dessa organização possibilitar a mobilização” (BETTO, 2000, n.p).

Contudo, a partir da década de 90, muitos desses movimentos e organizações sociais populares têm sua atuação redefinida por uma série de fatores, entre os quais, pode-se destacar a profissionalização e especificidade das causas de sua luta e a variação nas fontes de financiamento de suas ações, sendo um dos aspectos mais agravados com esta mudança o caráter político-pedagógico e organizacional deste/as. Isto é, na medida em que o combate deixa de ser alimentado pela “identificação com uma causa geral”, societária, e se situa em torno da remuneração recebida e de questões específicas, bem como, para sobreviver, têm que contar com o Estado enquanto parceiro ou se submeter às exigências burocráticas de agências mantenedoras, muitos/as deles/as assumem uma atuação bastante técnica e localizada, na qual perde espaço, sobretudo, a formação da militância e a consciência coletiva de um projeto sociopolítico alternativo.

O tratamento teórico-conceitual deste associativismo civil que desponta a partir da década de 90, por sua vez, não recebe consenso, visto que para alguns como Gohn os movimentos e organizações sociais populares que o compõe passam por uma crise na medida em que perdem a capacidade de “mobilização das massas” (2005, p. 84).

Para outros, como Andrade (2004) e Silva (2004), não se trata ao certo de uma deficiência, mas da manifestação do caráter plural, criativo e metamorfósico destes.

A participação expressa nas grandes manifestações de massa e greves vividas em décadas anteriores, dá lugar a novas formas como as ocupações urbanas e rurais realizadas na década de 90, ou as articulações em fóruns, plenárias e redes temáticas que provocam as agendas políticas a incorporar novas demandas [...] (ANDRADE, 2004, p.14).

Para nós, portanto, o desafio aqui consiste em analisar a instituição pesquisada à luz dessas discussões, tentando responder, nos limites desta comunicação, quais suas reais possibilidades de contribuir para um efetivo processo de Educação Popular e fortalecimento da Cultura Política no âmbito do semiárido alagoano onde está inserida.

## **DESCREVENDO E CARACTERIZANDO A INSTITUIÇÃO PESQUISADA**

A entidade na qual se dá a coleta de dados do presente trabalho é uma associação civil criada em junho de 2002 cuja missão é a *inclusão social de homens e mulheres, através da realização de atividades culturais, educativas e produtivas, estimulando à cooperação, a solidariedade, a mobilização e a autoajuda entre as organizações, comunidades e pessoas associadas.*

Sua criação<sup>2</sup> se deu devido ao alto índice de pobreza e desorganização das famílias de dois municípios do médio sertão alagoano onde está inserida. Para tal, contou com o apoio da Visão Mundial<sup>3</sup>, com quem firmou convênio para gerenciar dois Programas de Desenvolvimento de Área (PDA), uma estratégia de intervenção a longo prazo financiada com recurso oriundo do apadrinhamento de crianças.

Inicialmente, com ações de cunho mais emergencial e assistencialista, a organização passou a trabalhar com 10 comunidades-polo<sup>4</sup>, concentrando foco em áreas estratégicas como Saúde, Educação, Moradia, Agricultura, Criação de Animais, Desenvolvimento de Lideranças, entre outras. Hoje, ela atua em 24 polos, envolvendo mais de 80 sítios, cerca de 1.100 famílias e mais de 3 mil crianças, adolescentes e jovens apadrinhados/as por patrocinadores/as do Brasil e do Canadá.

Ainda vale dizer que a entidade não tem se limitado à parceria com a Visão Mundial, mas buscado celebrar acordos com outras entidades públicas e privadas, sendo algumas de curta duração e de caráter pontual e outras mais duradouras como a que está em andamento desde 2008, em convênio com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e o Governo Federal: execução do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

## **DESCREVENDO O TRABALHO EDUCATIVO REALIZADO**

Embora a organização pesquisada desenvolva dois programas, nosso foco aqui é o processo educativo realizado a partir do PDA, visto ser por meio deste que ela surgiu e mantém seu principal trabalho com as comunidades.

Para fazer frente a ele a entidade conta hoje com uma equipe de 21 funcionários, sendo 07 masculinos e 14 femininos. Destes, 12 atuam como Agentes de

---

<sup>2</sup> Esta se deu mediante um ano de intensas capacitações em associativismo com lideranças locais, ocasião em que se pode não apenas estudar a necessidade de sua constituição, como também o tipo de entidade social que melhor correspondesse ao trabalho pretendido.

<sup>3</sup> Instituição cristã fundada em 1950 e presente em cerca de 100 países, inclusive no Brasil, desde 1975. Seu principal trabalho consiste na mobilização de pessoas para o apadrinhamento de crianças a partir do qual busca contribuir para o desenvolvimento transformador de comunidades empobrecidas.

<sup>4</sup> Cada polo reúne, em média, famílias de 03 a 06 sítios, de acordo com a proximidade geográfica.

Desenvolvimento Comunitário (ADEC), 06 como coordenadores/as de áreas estratégicas, 01 como coordenação geral, 01 como coordenação financeira e 01 como educadora do Projeto Baú de Leitura<sup>5</sup>.

Os ADECs são educadores/as que, em sua maioria, moram em uma das comunidades-polo nas quais trabalham e, entre outras coisas, acompanham e coordenam/assessoram o espaço educativo denominado Reunião Comunitária<sup>6</sup> (RC). Já as coordenações, trabalham na liderança de projetos estratégicos e estão mais ligadas a ambientes extrainstituição de articulação e discussão política.

Um aspecto interessante com relação a equipe é a faixa-etária, visto que 32% tem entre 18 e 24 anos de idade e 50% entre 25 e 29 anos. Ou seja, os jovens somam hoje 82% da equipe que lidera o trabalho político-pedagógico da entidade.

Quanto aos diversos espaços educativos nos quais a instituição realiza ações de politização, geração de renda, segurança alimentar e nutricional, resgate, valorização e inovação cultural, incentivo à leitura, gestão compartilhada, comunicação alternativa, educação digital, entre outros, iremos aqui destacar as RCs por ser o principal ambiente de trabalho educativo sistemático realizado, sobretudo, com jovens e adultos.

As RCs surgiram com caráter sistemático somente a partir de janeiro de 2006, tendo antes um histórico de quase 05 anos realizadas sob o formato pontual de assembleias comunitárias, nas quais as coordenações reuniam as pessoas para decidir e/ou executar algo coletivamente. Contudo, a partir de 2006, com o surgimento dos ADEC, cada polo passou a ter mensalmente uma reunião, na qual são discutidos os problemas e as potencialidades comunitárias, bem como realizados estudos, festejos, construídos planos comunitários de trabalho, monitorados projetos como o Banco Comunitário de Sementes (BCS) e o Fundo Rotativo Solidário (FRS), eleitos os representantes para o Conselho Gestor da entidade, etc. A este espaço a organização busca dar, através do ADEC<sup>7</sup>, o suporte político-pedagógico necessário, atuando as

---

<sup>5</sup> Trata-se de um espaço lúdico-educativo de valorização cultural e incentivo à formação de leitores/as críticos/as, sobretudo, crianças e adolescentes.

<sup>6</sup> Ele não responde apenas por este espaço, mas também realiza visitas domiciliares bimestrais a todas as 100 famílias com as quais trabalha; faz a ponte entre os inscritos e os patrocinadores através de correspondências e instrumentos sistemáticos de monitoramento; articula os/as comunitários/as para outros eventos institucionais nos quais também se faz presente e acompanha os encaminhamentos tirados das RCs.

<sup>7</sup> O ADEC é o educador fixo deste espaço e sua formação continuada se dá mensalmente pela coordenação da área estratégica Sociedade Civil – anteriormente chamada de Desenvolvimento de Lideranças e Organização Comunitária.

coordenações nele apenas eventualmente, segundo demanda comunitária ou institucional específica e diretamente ligada ao “seu” projeto estratégico.

Hoje, são 24 reuniões por mês, uma em cada polo, das quais participam cerca de 500 famílias<sup>8</sup>. Seus integrantes<sup>9</sup> são pessoas jovens (29%) e adultas (71%), chegando a um percentual de 84% de mulheres. Em sua maioria cursaram no máximo as primeiras séries do Ensino Fundamental – apenas 8% dos pesquisados não consegue nem assinar o próprio nome -, o que lhes permite, apenas, assinar a lista de frequência, soletrar alguns enunciados e/ou rascunhar um pequeníssimo texto. Quanto a renda, sobrevivem basicamente da agricultura e do Programa Bolsa Família, sendo pequeno o percentual de funcionários públicos, mas grande o número de membros da família viajando em busca de melhores condições financeiras.

As Reuniões Comunitárias (RCs) acontecem sempre às tardes, no mesmo dia da semana ou data do mês. Em geral, duram 02 horas e giram em torno de elementos operativos (BCS, FRS, construção de Salão Comunitário, etc.) e formativos (Meio Ambiente, Violência Contra a Mulher, Direito Previdenciário, Planejamento Familiar, Sistema Único de Saúde, Orçamento Público Municipal, Alcoolismo, Associativismo, entre outros), constituindo-se num espaço de reflexão-ação-reflexão.

A juventude entre 15 e 24 anos é muito passiva nas RCs – às vezes vem apenas representando os pais, uma vez que as famílias inscritas no sistema de apadrinhamento de crianças têm o compromisso de participar deste espaço -, ao passo que aquela entre 25 e 29 integra comissões de trabalho (BCS, FRS, etc.) e participa mais dos debates. Isto também se dá pelo fato de que esta última quase sempre já é casada, tem filhos inscritos, e não participa deste espaço representando outrem, mas a si mesma.

Das 24 RCs, 17 acontecem em espaços coletivos como escolas públicas (08), Salões Comunitários (07<sup>10</sup>) ou Igreja (01). As outras 07 ocorrem em casas de família.

---

<sup>8</sup> Esses dados correspondem à participação nas RCs durante o mês de abril de 2010, podendo ao longo do ano ser maior quando o assunto em pauta tem cunho festivo ou material, ou menor no período em que os participantes estão cuidando de suas roças. Contudo, aqueles/as que frequentam geralmente são assíduos/as e em raros casos ainda precisam de convite impresso para recordar a data da reunião – um hábito muito forte no início das RCs. Isto é um avanço significativo, visto que a distância média entre a residência das pessoas e o local das RCs é de aproximadamente 3 quilômetros e estas veem a pé.

<sup>9</sup> 15 a 17 anos (18); 18 a 24 anos (60); 25 a 29 anos (66); Acima de 30 anos (356).

<sup>10</sup> Destes, 04 foram construídos a partir das RCs. Para isto as comunidades se mobilizaram através de festas, rifas, mutirões, campanhas etc. e edificaram um espaço próprio para realizar suas reuniões e sediar o Banco Comunitário de Sementes.

Nelas nem sempre é possível fazer uso da escrita para ilustração da fala, sendo esta última a ferramenta por excelência tanto do/a educador/a como dos/as educandos/as<sup>11</sup>.

Esta característica das RCs confirma o que diz Gohn (1999), ao tratar dos “procedimentos metodológicos utilizados nos processos de educação não-formal”:

A voz ou vozes, que entoam ou ecoam de seus participantes são carregadas de emoções, pensamentos, desejos, etc. São falas que estiveram caladas e passaram a se expressar por algum motivo impulsionador (carência socioeconômica, direito individual ou coletivo usurpado ou negado, projeto de mudança, demanda não atendida). Ao se expressar, os atores/sujeitos dos processos de aprendizagem articulam o universo de saberes disponíveis, passados e presente, no esforço de pensar/elaborar/reelaborar sobre a realidade em que vivem. Os códigos culturais são acionados, e afloram as emoções contidas na subjetividade de cada um (p. 106).

As comunidades gostam bastante de festejar e se mobilizam para tal, principalmente, em dois momentos durante o ano: no mês de maio - em comemoração ao Dia das Mães – e no final do ano. A instituição colabora financeiramente e ajuda no planejamento da atividade, mas são os próprios comunitários quem assume a maior parte do evento, estabelecendo, geralmente, uma quantia para cada família ou negociando o tipo de prato alimentício com o qual cada uma contribuirá<sup>12</sup>.

As RCs comumente desenvolvem-se da seguinte forma: 1) Circulação da lista de presença/frequência e “socialização das novidades”; 2) Construção coletiva da pauta/roteiro<sup>13</sup>; 3) Mística<sup>14</sup>; 4) Informes; 5) Roda de conversa/estudo de alguma temática; 6) Monitoramento do BCS e/ou do FRS; 7) Encaminhamentos.

Durante este processo, o ADEC busca estimular a fala/opinião/participação dos comunitários, coordenar as discussões, estudar junto alternativas pras dificuldades apresentadas. Alguns têm mais habilidade nesta tarefa e a faz com a postura questionadora e a consciência de quem já conseguiu perceber que “[...] mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 1996, p. 31), indo além da discussão operacional, dos informes corriqueiros, do monitoramento do BCS e do FRS, envolvendo os comunitários no trabalho realizado de forma animada e desafiadora. Outros se limitam ao “tarefismo” e suas pautas não ultrapassam a discussão operacional.

---

<sup>11</sup> O formato do círculo ou da letra “U”, com o qual se vem trabalhando desde o início, facilita bastante a participação dos comunitários nos debates.

<sup>12</sup> Outras comunidades cultivam ao longo do ano a prática de Cofre Coletivo para estes momentos festivos ou em prol da construção de suas sedes comunitárias, promovem rifas – com prêmio doado por um dos comunitários e bilhetes comprados e vendidos pelos demais –, bem como partilham lanche ao final de cada reunião, sendo em cada encontro um cardápio e pessoas diferentes responsáveis por ele.

<sup>13</sup> O ADEC geralmente apresenta o que precisa discutir e os/as comunitários/as aprovam e/ou acrescentam aquilo que acham relevante e que ainda não esteja contemplado na proposta do/a educador/a.

<sup>14</sup> Leitura bíblica ou de um texto meditativo feita pelo ADEC ou por um comunitário e reflexão partilhada, levando-se o texto para a vida e a vida para o texto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado na organização pesquisada, mesmo que para muitos ainda de forma inconsciente, parte de um conceito ampliado de educação, tomando os sujeitos como “[...] seres que estão sendo, [...] inacabados, inconclusos [...]” (FREIRE, 1987, p. 72-73), em que “[...] a cidadania é o objetivo principal” (GOHN, 2008, p. 102).

Assim, pode-se afirmar que a instituição, em sua ação educativa, tem levado em consideração que “para enfrentar a pobreza, é imprescindível contar com o pobre capaz de projeto próprio organizado [...]” (DEMO, 2003, p.15). E, esta postura, por sua vez, faz dela uma organização cujas características não retomam a consciência coletiva de um projeto societário alternativo com a capacidade de mobilização e militância política dos anos 70-80, mas também não assume em plenitude a superficialidade e o “tecnicismo associativo” pós anos 90. Ela tende a confirmar o que defende Gohn quando afirma que “é chegada a hora dos movimentos e da educação popular se reconciliarem” (2005, p.55).

Contudo, o trabalho de base em estudo poderá contribuir mais na perspectiva da cultura política à medida que conseguir contornar algumas situações condicionantes que impedem sua realização plena, sendo a principal delas, pelo que foi possível perceber até o momento, as condições em que se dá o “processo administrativo”, compreendido este como a interação entre as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar o trabalho da organização (CHIAVENATO, 2003, p.167).

Esta tarefa, por sua vez, é extremamente complexa, mas, fundamentalmente urgente e necessária. Sua dificuldade consiste no fato de que, para realizá-la, não basta apenas querer, visto que exige, entre outros, a ampliação de recursos financeiros, a redução das demandas e uma avaliação de desempenho que concilie competência técnica com compromisso político. Já sua urgência e necessidade se justificam no risco que corre a instituição de, não podendo acompanhar as exigências político-pedagógicas das comunidades, retroceder ou avançar de modo insuficiente rumo ao desejado.

Por fim, como educador-pesquisador, saliento que enfrentar tal condicionante é medida indispensável para se ter, de fato, educadores/as populares e um trabalho de base com maiores condições de fortalecer a cultura política no âmbito do semiárido alagoano. E teço tais considerações, porque concordo com Demo quando afirma que “pesquisar somente para saber já seria proposta alienante, porque desencarna a pesquisa da sua face inserida na realidade história, reduzindo-a ao esforço de sistematização de ideias e de especulação dedutiva” (2000, p. 14).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Flávio Lyra de. **Pesquisa participante como um processo pedagógico na educação popular**. In: ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP). **Movimentos sociais e educação popular no nordeste**. Recife: EQUIP, 2004, p. 9-25 (Série Educação Popular; 2).
- BETTO, Frei. **Desafios da Educação Popular**. São Paulo: CEPIS, 2000. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/doc%5Ceducpopdesafios.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações** 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 7<sup>a</sup>. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- FÁVERO, Osmar. **Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil**. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (orgs). **Educação de jovens e adultos**. - Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4<sup>a</sup>. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. revista – São Paulo: Cortez, 2005.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Os movimentos continuam vivos**. In: ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP). **Movimentos sociais e educação popular no nordeste**. Recife: EQUIP, 2004, p.41-55.
- SOUZA, Nelson Rosário de. **A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais**. Rev. de Soc. e Política, nº 12, junho de 1999, pag. 131-146. Disponível em: <<http://www.redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801208.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2010.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular: metamorfoses e veredas**. – São Paulo: Cortez, 2010.